



Projetos extrativistas de grande escala frente a diferentes cosmologias populares de resistência

Ariel Martins Carriconde Azevedo¹

Resumo

Este artigo aborda de maneira breve os estudos antropológicos acerca dos Projetos de Grande Escala (PGE) no Brasil e na América Latina vinculados a subordinação da região ao Imperialismo Extrativo. Dessa forma, buscamos relacionar os aspectos micro e macro destes processos de larga escala, buscando produzir uma análise multisituada que consiga compreender o fenômeno em sua totalidade. Na segunda parte do artigo apontamos para as cosmologias de resistência, ou políticas culturais, desenvolvidas pelos movimentos sociais latinos americanos e brasileiros. A intenção é perceber como o avanço neoliberal foi o estopim para o desenvolvimento de novos movimentos sociais na região que tiveram em suas cosmologias ou visões de mundo formas de resistência aos PGE's e o avanço do Imperialismo Extrativo.

Palavras-chave: Projeto de Grande Escala, Extrativismo, Resistencia, Política Cultural.

Proyectos extractivistas a gran escala frente a diferentes cosmologías populares de resistencia

Resumen

Este artículo aborda de manera breve los estudios antropológicos acerca de los Proyectos de Gran Escala (PGE) en Brasil y América Latina vinculados a la subordinación de la región al Imperialismo Extractivo. De esta forma, buscamos relacionar los aspectos micro y macro de estos procesos de gran escala, buscando producir un análisis multisituado que consiga comprender el fenómeno en su totalidad. En la segunda parte del artículo apuntamos a las cosmologías de resistencia, o políticas culturales, desarrolladas por los movimientos sociales latinos americanos y brasileños. La intención es percibir cómo el avance neoliberal fue el estopim para el desarrollo de nuevos movimientos sociales en la región que tuvieron en sus cosmologías o visiones de mundo formas de resistencia a los PGE's y el avance del Imperialismo Extractivo.

Palabras clave: Proyecto de Gran Escala, Extractivismo, Resistencia, Política Cultural.

Large-scale extractive projects facing different popular resistance cosmologies

Summary

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA na UFRRJ e membro do Núcleo de Estudos do Poder (NEP/CPDA-UFRRJ). Possui experiência com pesquisa relativa a Redução da Jornada de Trabalho (Bolsa PROIC/CNPQ), Sociologia do Trabalho, Políticas de Desenvolvimento, Exploração Petrolífera e Imperialismo.

This article briefly discusses the anthropological studies about the Large Scale Projects (PGE) in Brazil and Latin America linked to the regional subordination to Extractive Imperialism. In this way, we seek to relate the micro and macro aspects of these large scale processes, seeking to produce a multisituated analysis that can understand the phenomenon in its totality. In the second part of the article we point the cosmologies of resistance, or cultural policies, developed by Latin American and Brazilian social movements. The objective is to understand how the neoliberal advance triggered the development of new social movements of the regions that had in their cosmologies or world views forms of resistance to the PGEs and the advance of the Extraction Imperialism.

Keywords: Large Scale Project, Extractivism, Resistance, Cultural Policy.

Introdução

O Brasil nos anos recentes passou um grande ciclo de desenvolvimento calcado em grandes projetos e políticas norteadoras estabelecidas pelo Governo Federal em pacto com o grande empresariado e o capital financeiro. O PAC, a IIRSA², as “Campeãs Nacionais³”, a política expansionista para a Petrobrás, são alguns exemplos desse processo que se esgotou nos últimos anos. Sem entrar neste debate mais imediato da atual crise nacional, gostaríamos de discorrer aqui acerca das contradições da política desenvolvimentista do período de “ouro” do ciclo petista e a sua relação com a dinâmica dos movimentos sociais, trazendo à tona a abordagem antropológica para o debate político o tema do desenvolvimento e luta dos povos.

O entendimento dos grandes projetos de desenvolvimento relaciona pelo menos duas faces de um mesmo fenômeno, o elemento macro, contextual, vinculado ao processo de desenvolvimento capitalista a nível global, e o elemento micro vinculado a forma específica de produção dos projetos de desenvolvimento e suas características singulares. A linha de separação entre local e nacional/global sempre é relacional e está em constante reconstrução e movimento, mas sua definição se faz necessária para uma análise mais pormenorizada e clara das totalidades que pretendemos analisar.

Neste sentido metodológico cabe recordar da análise de Frederik Barth (2000) numa perspectiva antropológica multicentrada que buscou não essencializar o estudo de um fenômeno social (a cultura de um povo, por exemplo), como ilhas fechadas em si mesmas, buscando exatamente as zonas de fronteiras e de interação de trocas culturais como um fator determinante de formação das identidades. Barth propôs re-conceitualizar radicalmente uma metodologia comparada baseada na diversidade e na variação, apontando a fluidez indenitária

² Iniciativa de integração regional sul americana.

³ Projeto de financiamento do BNDES voltada a grandes empresas nacionais

do grupo em relação aos outros povos circundantes e a sociedade global, verificando, por exemplo, como noções de “grupos étnicos” já estavam presentes na concepção dos nativos por ele analisados, sendo por eles manipuladas, assim como as individualidades não estavam absolutamente determinadas pelas tradições, abrindo espaço para o novo e as trocas. Dessa forma visou quebrar principalmente as visões pré-determinadas da velha antropologia comparativa acerca dos povos dos países coloniais, que se firmavam, em muitos casos, em preceitos alijados da análise dos dados primários.

Tais elementos que nos servirão apenas como uma inspiração, assim como da antropologia multisituada, são fundamentais para não essencializarmos nem as categorias macros (capital, extrativismo, etc) e nem as micros (obras, tribos, rituais, etc) de análise. Essa abordagem multisituada aponta que qualquer realidade local está vinculada a algum tipo de sistema, este que por sua vez são instituições múltiplas interconectadas como os mercados, sistemas educacionais, meios de comunicação, elites, classes, estados entre outros. Sua metodologia é seguir as conexões e relações de um fenômeno cultural em diversos cenários. Assim visa encontrar as cadeias, os caminhos ou justaposições que ligam os locais de fato a sociedade global. O objeto da pesquisa é manipulado a partir do rastreamento de grupos sociais, de objetos (cadeia de bens), de metáforas (símbolos), de tramas, conflitos ou biografias.

Em nosso trabalho seguiremos a trilha de análise dos Projetos de Grande Escala (PGE) elaborado por Gustavo Lins Ribeiro, Leopoldo Bartolomé, Maria Rosa Catullo para compreender as dinâmicas internas vinculadas as políticas desenvolvimentistas e a abordagem de James Petras acerca do Extrativismo que entende este como um desenvolvimento do Imperialismo no último período histórico. Começaremos então com uma abordagem mais localizada dos PGE para depois irmos ao contexto nacional/internacional. Com os movimentos sociais seguiremos a trilha inversa partindo de uma análise macro da resistência social ao neoliberalismo na América Latina, indo para análise de lutas específicas, para isso utilizaremos os autores como Aurélio Viana Junior, Arturo Escobar, Sonia Alvarez e Evelina Dagnino. Cotejaremos com outros autores de acordo com a necessidade.

Extrativismo e Projetos de Grande Escala

Como falamos acima o programa desenvolvimentista do Governo do PT foi responsável pelo estabelecimento de grandes obras publicas (barragens, hidrelétricas, rodovias, hidrovias, complexos petroquímicos, etc) seja nas cidades como na zona rural do

Brasil. Grande parte destas obras pode ser caracterizada pelo o que Ribeiro (1987:9) denominou de Projetos de Grande Escala (PGE). Os PGE's podem ser encarados como totalidades que articulam fenômenos de diferentes naturezas (políticas, demográficas, ecológicas, ideológicas entre outras), envolvendo o Estado, grandes Empresas e populações. Podem ser caracterizados pelos seguintes atributos:

- a) Gigantismo: grandes movimentos de capital e de mão de obra;
- b) Isolamento: em geral estão localizadas em zonas isoladas, mas que estão articuladas a sistemas econômicos mais amplos;
- c) Temporalidade: possuem um caráter curto e definido de tempo para sua realização;
- d) Planejamento: fazem parte de um arcabouço ideológico/metodológico técnico-científico que busca enquadrá-lo em uma noção de eficiência neutra e articulada com as ideias de progresso e desenvolvimento nacional.

Bartolomé (1984) chama a atenção que os PGE's estão articulados a questões muito mais profundas do que a mera existência do projeto em si e aponta o processo de realocação compulsiva das populações como uma das consequências mais claras destes projetos. Grande parte da viabilidade dos PGE's envolve a retirada de populações da área onde será realizada a obra e o seu reassentamento em outra localidade, o que acarreta profundas modificações sociais. Assim, aponta que as realocações são fenômenos complexos e multidimensionais de mudança social acelerada, com as seguintes características:

- a) amplitude temporal maior que a do PGE, tanto antes como depois;
- b) caráter compulsivo;
- c) marco temporal dos impactos do projeto sobre as variáveis vitais de sobrevivência da população que será reassentada (ibidem).

Catullo (1993:207) aponta que tais processos de realocação não são fenômenos isolados e nem ocasionais, mas sim de escala mundial, com destaque para América Latina, a exemplo de Cuenca del Plata na fronteira entre Argentina – Paraguai que apresentou a maior realocação urbana do mundo. Esse processo que vem aumentando ao longo das últimas décadas, inclusive no Brasil, começou a ser estudado pela antropologia sociocultural a partir da década de 1970 com os grandes projetos de desenvolvimento da Ditadura Civil-Militar, através da ELETROBRAS e sua articulação com um projeto energético global (ibidem:211-212).

Nesse momento é importante realizar um paralelo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do ex-governo PT possui enquanto antecedente histórico os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) da Ditadura empresarial-militar, inclusive uma série de

projetos inacabados dos PND's foram retomados na ultima década. Se na ditadura militar a política energética visava a construção de uma série de represas: Tucuruí no rio Tocantins, represa e sobradinho no Rio São Francisco, represa de Itaipu no rio Paraná, complexo da bacia do rio Uruguai, dentre outras. No período PT não foi diferente, vimos a construção da UHE Santo Antônio, UHE Jirau, UHE Belo Monte, UHE Teles Pires, UHE São Manoel, o anuncio do Complexo de Tapajós (composto de 5 usinas no rio tapajós no Pará)⁴, dentre outras grandes obras.

Dessa forma, historicamente como na atualidade os problemas e as contradições estão colocados. Os novos processos de realocização ainda estão em andamento, assim como, uma série de discursos e técnicas governamentais de legitimação ainda se fazem prementes no cenário nacional. Um deles é a “Ideologia da Redenção” levantada por Ribeiro (1985:33), nos quais o Estado e as grandes empresas apresentam as populações que vivem no campo (índios, camponeses pobres, etc) como exemplos do “atraso”, que frente ao PGE estariam avançando para o desenvolvimento, ou que, o seu sacrifício é necessário frente as necessidades de toda a nação (discurso visto principalmente em relação os povos indígenas). A propaganda do PAC e do agronegócio aponta claramente para essa visão⁵.

Nessa perspectiva Ferguson (1994) traz uma importante contribuição apontando que a indústria desenvolvimentista e o Estado ocultam seus objetivos políticos, despolitizando a pobreza e as suas ações dando a elas apenas um caráter técnico e econômico, conformando uma máquina antipolitica. Os efeitos colaterais são elementos fundamentais do desenvolvimento, pois a pobreza se torna a ponte de entrada para o poder burocrático do Estado, com pacotes de soluções de problemas de ele mesmo criou. Assim, reforça seu controle vertical sobre as populações. Chama a atenção também para como os projetos desenvolvimentistas estão orientados por interesses econômicos políticos concretos vinculadas a elites específicas que variam de caso a caso, não apenas pelo “capital” em geral.

Assim os PGE's não existem por si mesmos e seus impactos não são abstratos, articulam diversos atores nacionais e internacionais. Para Bartolomé (1984) os agentes desse processo podem resumidos em:

- a) As entidades que financiam os PGE's;
- b) Corporação responsável pela execução do PGE e do reassentamento;
- c) Estruturas de governo relacionadas ao PGE e o Programas de reassentamento;

⁴ Matéria “De 2003 a 2014: Hidrelétricas de Lula a Dilma”, jornal Correio da Cidadania: <http://www.correiocidania.com.br/colunistas/telma-monteiro/10367-19-12-2014-de-2003-a-2014-as-hidreletricas-de-lula-e-dilma>, data da ultima visualização (10/09/2017).

⁵ O caso da construção da Usina de Belo Monte foi emblemático dessa disputa ideológica.

- d) As populações receptoras dos reassentamentos;
- e) As populações a serem reassentadas.

Os objetivos da corrida desenvolvimentista na década de 1970 e nos anos 2000 são diversos, mas nesse sentido Catullo (1993) dá relevo a uma definição importante que será retomada por Petras mais a frente:

Países dependientes como Brasil estos PGE se concretan con el fin de generar energía barata necesaria para el funcionamiento de empresas multinacionales; para importantes industrias nacionales instaladas en grandes centros urbanos o para la expansión de poderosos sectores agropecuarios. (CATULLO, 1993, p.216)

Dessa forma os projetos de grande escala estão intimamente vinculados com a ação das multinacionais e o grande empresariado Brasileiro, a chamada Tríplice Aliança denominado por Peter Evans⁶: Estado, grande capital nacional e internacional. Apesar disso, diferentemente dos anos 1970-80, o atual projeto energético e industrial está subordinado ao extrativismo e não ao contrário. Nesse sentido devemos entender como o imperialismo passou a se rearticular na década de 1990, impondo o Consenso de Washington e com a crise de 2008, desenvolvendo o que Petras chamou de Imperialismo Extrativo.

James Petras (2014a) defende que o processo de desenvolvimento do neoliberalismo ainda nos anos 1990 conduziu a um impacto devastador nos setores estratégicos das economias latino-americanas com a privatização de empresas chave, sua desnacionalização e iniciando uma reconversão extrativista da economia brasileira e latino-americana, deslocada para o setor de commodities como soja, gado, ferro e metais. Esse processo foi aprofundado pelos chamados “governos progressistas”, com o fortalecimento de muitas dessas empresas privadas como a mineradora Vale do Rio Doce, entre outras.

No livro “*Extractive Imperialism in the Americas*”(2014b), Petras aponta estar em curso uma nova ofensiva do imperialismo norte americano sobre as Américas. Tal elemento tem um de seus fundamentos centrais na crise capitalista iniciada em 2008 que ocasionou um giro na política de Estado e dos investidores do capital financeiro global nas chamadas commodities, que então tiveram um “boom” ocasionado pela demanda Chinesa. Tal elemento pode ser percebido no volume massivo de investimento estrangeiro direto no continente latino-americano no período e especificamente no Brasil no período 2005-2011. Petras (2015) aponta também que a burguesia dos EUA historicamente sempre agiu com a alternância de

⁶ <http://www.scielo.br/pdf/rae/v19n3/v19n3a04.pdf>

uma política de “duas vias”, um viés reformista (abertura de diálogo com Cuba, eleição de Obama, políticas de combate a corrupção), por outro lado uma estratégia ofensiva (intervenções militares, etc). A estratégia de via dupla, em sua visão, logo vai evoluir para uma estratégia de via única, político-militar ofensiva, assegurando o papel satélite da América Latina e o aprofundamento da pilhagem extrativista e financeira. A eleição de Donald Trump em 2016 e seu discurso belicista sobre a Venezuela para confirmar esta hipótese.

Voltando aos governos de Lula-Dilma, Petras (2014a) fala da emergência de um capitalismo agrominerador integrado ao modelo do Imperialismo Extrativo, onde o Estado e o setor exportador brasileiro se beneficiaram enormemente do aumento no preço das commodities e o investimento do capital transnacional no país. O acúmulo de divisas do Estado foi muito grande neste período, ao mesmo tempo, que os subsídios e lucros dos setores privados foram gigantescos. Por outro lado a dependência da China, com a diminuição de seu ritmo econômico, levou a uma estagnação do crescimento econômico brasileiro entre 2012 a 2014.

Petras (ibidem,:308) aponta que no período de 2005 a 2011 a diferença de exportações entre manufaturas e matérias primas subiu de 13 bilhões em 2005 para 100 bilhões em 2011, passando as últimas para 66% do volume das exportações. O fluxo dos investimentos estrangeiros diretos (IED's) também subiu exorbitantemente revelando a internacionalização da economia brasileira em 2002 de 16 bilhões para em 2010 de 67 bilhões.

As políticas governamentais apontaram para a construção de megamonopólios do setor extrativista. A polarização de classes se estendeu também para os gastos do governo, ou do chamado Fundo Público (ibid.:320), que se direcionou para o financiamento maciço de construção de estradas, barragens e hidrelétricas visando beneficiar o capital extrativo, em oposição ao investimento e garantia de qualidade no transporte público, saúde pública e educação pública. Para Petras a corrupção também foi um fator fundamental para a ilusão das políticas de inclusão social, onde os dados de investimento não correspondem a sua aplicação prática.

A questão ambiental e com ela a de saúde pública, levantou novos problemas. Entre 2003 e 2012 cerca de 137 mil quilômetros quadrados foram desmatados em projetos de infraestrutura vinculadas as atividades extrativistas (ibid.:309). O caso da ruptura da barragem de Mariana em 2015 foi o cume deste processo levando a morte da biodiversidade da região e de pessoas, ocasionando o reassentamento de milhares de famílias e sendo responsável pela

contaminação dos solos e das águas, até a zona litorânea⁷. Isso leva a novos patamares o próprio fenômeno da “relocalização” associada aos PGE’s, ocasionada por acidentes e contaminações tóxicas de contingentes humanos, da fauna e flora em uma região.

Petras (ibid.:317) também chama a atenção para o colonialismo interno entre cidade e campo, que se materializou numa aliança entre setores da aristocracia urbana dos trabalhadores e de burocracias sindicais com o capital agromineral no pacto desenvolvimentista, massacrando os povos indígenas e camponeses⁸. Esse descompasso se apresentou também nas revoltas de junho de 2013, onde uma grande massa de setores marginalizados saíram as ruas sem a tutela das organizações oficiais demonstrando a oposição entre as direções e as bases das categorias de trabalhadores e estudantes no Brasil, revelando que o caminho das mobilizações dos movimentos populares já não seguiam os caminhos tradicionais. Iremos abordar este aspecto entre outros, no próximo tópico logo abaixo.

Gudynas no seu importante artigo “10 teses sobre o novo extrativismo” aponta que o novo extrativismo na América Latina foi não só dirigido como transformado na principal política de Estado dos governos de esquerda na região, seja na Argentina, no Brasil, na Venezuela, na Bolívia, entre outros. Tal extrativismo foi de novo tipo, diferente do antigo modelo (do início do século XX), pois esteve centrado no grande papel do Estado seja como regulador, investidor ou controlador direto dos processos de extração (vide ações como a do BNDES/Petrobrás no Brasil ou da PDVSA na Venezuela). Apesar disso, como vimos com Petras este processo faz parte de uma integração subordinada no sistema inter-estatal capitalista e extremamente funcional ao imperialismo.

Assim, o imperialismo extrativo se beneficiou e teve um papel fundamental nos projetos de grande escala desenvolvido pelos governos latino-americanos no último período, só que diferente dos anos 1980, hoje os PGE’s se integram a um novo ciclo de desenvolvimento do imperialismo. O lugar dos PGE’s frente ao cenário internacional teve então uma pequena mudança frente a sua articulação com o imperialismo, pese antes sua ligação com o nacional desenvolvimentismo subimperialista da ditadura militar, seu papel hoje passa a ser subordinado ao modelo extrativista neoliberal.

Cosmologias de resistências

Frente a esse processo de reordenamento imperialista do extrativismo que atingiu

⁷ O desastre de Mariana foi provocado pela Samarco, joint-venture formado pela Vale e BHP

⁸ Nesse sentido é relevante o papel do PC do B e seus líderes (na aprovação do código florestal.

diretamente a vida das populações e seus meios de existência na América Latina, os movimentos populares construíram diversas políticas de resistências. Dagnino, Escobar e Alvarez (2000) apontam que o avanço do Neoliberalismo nesta região constituiu uma oposição ao desenvolvimento da democracia e da cidadania em seu sentido ampliado. A globalização trouxe um efeito ambíguo. Se por um lado houve o aumento das privatizações das empresas e dos recursos naturais, o aumento da pobreza, a proliferação das favelas e a destruição da biodiversidade, por outro, as conexões entre os movimentos sociais e as lutas também se proliferaram e se fizeram reverberar pelo mundo.

A perspectiva de Dagnino, Escobar e Alvarez se difere por analisar a constituição cultural dos movimentos sociais e seu embate com a cultura política dominante. Assim, para os autores as lutas sociais são também guerras de interpretação, pois a legitimação das relações sociais de desigualdade e a luta para transformá-las está no centro do conflito entre os agentes envolvidos (ibid.:26). Os autores buscam uma definição mais ampliada da cultura e da política cultural, ou seja, o entendimento da cultura permeada pelas relações de poder e a política permeada por visões de mundo engendradas pela cultura. Assim, apresentam “*A cultura como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram praticas sociais*” (ibidem:17).

Todos os movimentos sociais da América Latina possuem então, de uma forma ou de outra, uma política cultural ou uma cosmologia. Mas esta é ativa, relacional e se identificam às praticas e significados marginais, oposicionais, minoritários, residuais, emergentes, alternativos, dissidentes frente a cultura política dominante. Para os autores acima citados a cultura política dominante é aquela identificada com os valores do individualismo, racionalismo e universalismo, que sob as condições particulares coloniais e desiguais da América Latina constituíram o chamado liberalismo “fora do lugar”.

Achamos importante trazer aqui alguns apontamentos do livro de James Scott, “*Seeing Like State*” (1998), que aponta que a constituição do Estado moderno na Europa movido por suas necessidades burocrático-fiscais, desenvolveu uma forma de apropriação cognitiva de legibilidade da natureza e da sociedade que visou homogeneizar e uniformizar a realidade natural e social. Esta ótica de Estado se apresentou como a única legítima, universal e científica, escondendo seu caráter particular e de classe. Dessa forma, o Estado constitui uma ideologia chamada de “highmodernism”, ou alto modernismo, que tem por pressuposto uma ideia desenvolvimentista centrada nos avanços técnico e científicos das sociedades do norte (Europa e EUA) como o único modelo de desenvolvimento possível. Essa construção de uma “cultura política” dominante que acompanhou historicamente a expropriação das terras dos

povos do campo em proveito do capital e do Estado representa uma ameaça não só a existência material desses povos, mais as suas próprias visões de mundo, as noções de usos da floresta, entre outros.

Frente a isso, um dos conceitos mais interessantes retomados na visão de Dagnino, Escobar e Alvarez (2000:37), é sobre a abordagem não tradicional de movimentos sociais, como aquela que se debruça sobre as “teias” de construção desses movimentos, desde suas relações interpessoais que ligam indivíduos a outros, conexões entre grupos específicos que atravessam instituições, onde as feiras, as praças, os quintais das casas, os diversos espaços de socialização como se transformam no lócus central de articulação e vida dos movimentos. Essa concepção se aproxima da visão do poder como relação social difusa desenvolvida por Michel Foucault sobre o conceito de formas capilares ou técnicas polimorfas de poder, associadas não apenas com ao poder jurídico formal. Assim a política assume formatos muitos diferentes da política parlamentar, dando formato a diversas formas de “*contra-poder*” popular.

Essa perspectiva é muito interessante para entendermos as dinâmicas estudadas por Aurélio Viana Junior no seu trabalho “*Prisão em Lajeado Pepino*” (2012). Seu estudo se debruça sobre o conflito em Lajeado Pepino entre a Eletrosul e os agricultores vinculados a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB. Na década de 1980 a Eletrosul anunciou a construção da Hidrelétrica de Machadinho no Rio Grande do Sul, que ocuparia 27 mil hectares, atingiria 40 povoados e afetaria 11 mil pessoas, entre eles Lajeado. Esse poderia ser um caso clássico onde se estudaria o processo de “relocalização” dessas populações, dentre outros elementos, porém não foi, pois a Eletrosul retrocedeu no processo de implantação da UHE, sendo um dos poucos casos de vitória do movimento popular contra os PGE’s. Mas precisamos entender como tudo isso se processou.

A análise de Viana (2012) aponta uma contradição central: por que a área considerada mais atrasada politicamente pelos dirigentes do CRAB foi a que implementou a ação política mais contundente que virou a mesa do processo de implementação da UHE? Neste processo um elemento importante foi a própria constituição étnica e cultural, pois os colonos da região de Carlos Gomes em grande parte eram descendentes de poloneses, enquanto muitos membros da direção da CRAB descendiam de alemães e italianos, o que ocasionava tensões em diversos momentos, inclusive influenciava na própria construção de visões entre quem seriam os “atrasados” e “desenvolvidos”.

Podemos tecer por fora dos elementos apresentados pelo autor, que historicamente existiu uma disputa na Europa entre os Alemães e os povos eslavos (dentre eles os poloneses)

considerados camponeses atrasados pelos primeiros, elemento cultural muito forte no passado destas etnias que não pode ser negligenciado, ainda que, estando em outro país como o Brasil e sob condições sociais semelhantes, entre agricultores pobres.

Apesar disso, os próprios camponeses poloneses não eram um grupo homogêneo, estavam divididos em duas famílias principais: os Cerwinsk e os Vicinowski. Os primeiros foram apontados como os responsáveis pela ação em Lajeado Pepino. A ação consistiu em prender os técnicos da Eletrosul que haviam saído em incursão ao terreno onde seria construída a barragem. Ou seja, os camponeses prenderam e exigiram o cancelamento da obra, como uma ferramenta de reivindicação. A ação foi realizada fora dos fóruns da CRAB. Tal ação apesar de ilegal foi considerada legítima pela população da região e de fato conduziu a virada nas negociações com a Eletrosul (ibid.).

O autor partir desse elemento vai questionar o conceito de consciência de classe apreendida pelas lideranças da CRAB que apontavam aquela região dos poloneses como a mais atrasada politicamente. Dessa forma se revela, uma diferença entre a direção e a base da entidade de luta na região. Diferente da visão do autor (VIANA), de que esse fato representaria uma inaplicabilidade da “teoria das classes” para explicar o fenômeno, nós ao contrário, acreditamos que o problema seja de uma teoria específica “das classes” que confunde a consciência de classe e a própria luta de classe com as organizações oficiais representativas. Ai está uma questão muito importante, que é retomar como movimentos populares oficiais ou não, se utilizam dos diversos espaços informais de socialização, da infrapolítica⁹, para construir uma prática de resistência, e juntamente a ela visibilizam elementos da política cultural, no caso, das tensões entre os colonos “fortes” e “fracos”, do espaço organizativo da capela, da própria noção de consciência de classe dos atores, trazendo a importância das elaborações de Dagnino, Escobar, Alvarez e James Scott.

Ou seja, um processo de resistência se construiu por fora das vias oficiais e dos próprios canais legais de comunicação e pressão, mas constituiu um poder, um poder popular de fato, através de uma ação direta comunitária, que desdobrou nos âmbitos formais uma virada nas negociações. Esse elemento é central. A prisão foi então para Viana (ibidem) um fato social total que englobou numa mesma ação, aspectos políticos, jurídicos, morais, econômicos, entre outros. Nesse sentido, as preocupações de Frederick Barth que levantamos no início deste artigo, são importantes para demonstrar a complexidade existente dentro das “comunidades” camponesas, que ainda hoje são tratadas muitas vezes como realidades

⁹ James Scott – “Domination and Arts of Resistance: Hidden Transcripts”.

homogêneas ou simplórias.

Outro elemento fundamental são as concepções de mundo levantadas pelos camponeses da região. No seu “manifesto dos agricultores do alto Uruguai gaúcho e catarinense” de 1980 apresentam as críticas as políticas apresentadas pela Eletrosul como as indenizações e os deslocamentos, exigindo terra por terra. As experiências de outras lutas nas proximidades demonstrou que as indenizações em quase 70% dos casos não foram pagas, deixando milhares de famílias falidas e desamparadas (ibidem). A vitória da luta submeteu em parte a política da Eletrosul a lógica de reprodução camponesa. Esta, porém se difere de certas concepções indígenas da terra, que obviamente não podem ser homogeneizadas, mas que em muitos sentidos não poderiam ser representadas na reivindicação “terra por terra”, por exemplo.

Para alguns povos indígenas a terra como local sagrado é insubstituível tendo em vista suas crenças. Nos “*Estudos Etnoecológicos dos impactos sócio-ambientais da AHE Agua Limpa sobre as Terras indígenas de sangradouro, volta grande, são marcos, areões e Pimentel barbosa do povo xavante*”(2011) essa dimensão fica clara. Para o povo xavante que circunda o Rio das Mortes a região das matas e do rio é conhecida como *maranã bododi Auwe no Ró* – o caminho da mata de beira rio do Ró (cerrado) no Mato Grosso. A concepção deste território vai muito além do que é definido como terra indígena (TI) legalmente, todas as matas e rios são habitadas por espíritos de divindades dos indígenas. A própria cultura xavante se baseou durante séculos no dzimori – grande caçada e movimentação no território que ocupava a maior parte do ano, sendo o grande processo de atividade seminômade e vida desse povo.

Com o avanço da ocupação do território dos xavantes pelo Extrativismo e os PGE’s, os xavantes tiveram suas terras expropriadas e seu território fragmentado, criando ilhas no meio das grandes fazendas e usinas. Dessa forma, as famílias foram divididas, os espíritos foram “amputados”, o dzimori foi morrendo enquanto costume e as regiões xavantes foram empobrecendo e desenvolvendo uma série de novos problemas sociais e frente aos seus costumes ancestrais. As consequências foram a sedentarização, a degradação das condições ecológicas, aumento das queimadas como forma de aumentar a caça escassa, dentre outros.

O estudo (ibidem) revelou então que a construção da AHE Agua Limpa no Rio das Mortes traria efeitos irreversíveis tanto ecológicos como sociais para a região. Este também foi um caso emblemático onde o estudo etnoecológico não coadunou na construção do projeto. O AHE suprimiria ao todo 4700 hectares contando com o lago, o canal de adução, quebraria o fluxo gênico obstaculizando conexões importantes entre as famílias e os povos, geraria

contaminação das águas, dentre outros problemas. Em consonância com James Petras, o estudo (ibidem:225) demonstra que nas últimas décadas a região do cerrado teve uma queda de 300.000 hectares em 1985 para 100.000 em 2010, inversamente proporcional ao aumento da agricultura antrópica ligada ao agronegócio. Se em 1985 havia 78% de áreas naturais, em 2010 esse número caiu para 35%.

Conclusão

Para concluir achamos importante pontuar que a constituição dos Projetos de Grande Escala na atualidade estão interligados a três elementos fundamentais: a) emergência do imperialismo extrativo; b) a construção de uma “cultura política” ou de uma “ótica de Estado” baseada em uma ideologia uniformizadora e “modernizante”; c) a emergência de lutas e cosmologias populares que se contrapõem aos PGE e sua ideologia. Verificamos assim, que o discurso desenvolvimentista, forneceu durante um determinado período de tempo uma base local importante para o desenvolvimento do imperialismo extrativo.

Essa ótica uniformizadora e modernizante constituinte dos PGE's levou necessariamente a negação da diversidade, que passou a ser taxada como “erva daninha”, ou seja, levou a uma ocultação das diversas realidades, das particularidades sociais e naturais, dessa forma, o conhecimento construído sob a ótica “centralista” passa negar elementos da própria realidade, se constituindo como um conhecimento moldado pelo poder, visando satisfazer seus objetivos específicos. Essa ideologia transpassada ao plano micro, ao plano das lutas de classes, tende a legitimar, inclusive sob os partidos/governos de “esquerda” e burocracia sindical urbana, formas de extrativismo em nome do desenvolvimento da nação/estado. Na prática esse fenômeno conduziu a uma “invisibilização” das lutas populares capitaneadas pelo movimento indígena/camponês que ocorreram por fora e contra o modelo extrativista na América Latina.

Verificamos também, que sob diversas cosmologias de resistências, a partir de uma visão da política cultural e infrapolítica, os movimentos populares, principalmente rurais vêm construindo formas de contestação e obstáculos a aplicação e expansão do extrativismo nos últimos governos do PT e do neoliberalismo na América Latina. Esses elementos não se limitam a divergências específicas com o neoliberalismo extrativista, mas a visões de mundo opostas em determinados casos. Vimos também que no aspecto micro esses movimentos são heterogêneos e não totalidades uniformes. Assim, podemos perceber em diversas escalas macro e micro, os efeitos e os conflitos, estão permeados pelas diversas clivagens étnicas,

religiosas, ideológicas, econômicas e políticas, mas se integram num processo conjunto de dominação x resistência.

Por fim, o último estudo (2011) sobre os povos xavantes traz dois elementos importantes: a) demonstra a contradição entre as visões de mundo da cosmologia indígena e os objetivos técnicos científicos do projeto da AHE, ou seja, suas perspectivas não se baseiam na noção de “desenvolvimento” do Estado e das Grandes Empresas. b) Os autores do “estudo etnoecológico” mesclam a cosmologia xavante com conclusões científicas para se contrapor ao PGE. Dessa forma, acreditamos que as diversas cosmologias/saberes populares possam contribuir para uma descolonização do saber científico, e a partir de uma perspectiva de baixo para cima, realizar o caminho inverso da ótica dos Estados-Impérios, construindo uma ciência que vise expressar a diversidade no todo, e não apenas uma “verdade” a serviço das estruturas de poder dominante.

Referências

ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina, e ESCOBAR, Arturo “Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”. In: ____ (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, pp. 15-57, 2000.

AZANHA, Gilberto. Estudos Etnoecológicos dos Impactos socioambientais do AHE Água Limpa e sistema de transmissão de uso exclusivo, Junho, 2011.

BARABAS, Alicia e BARTOLOMÉ, Miguel. “Antropologia y relocalizaciones”. **Alteridades**, 2(4):5-15. 1992.

BARTH, Fredrik. “Enduring and emerging issues in the analysis of ethnicity”. In: VERMEULEN, Hans e GOVERS, Cora. (eds.). **The anthropology of ethnicity. Beyond “Ethnic groups and boundaries”**. Amsterdam: Het Spinhuis. p.10-32, 2000.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. "Aspectos sociales de la relocalización de población afectada por la construcción de grandes represas". En **Efectos sociales de las grandes represas en América Latina** (F. Suarez et al., editores). Montevideo: Fundación Cultura Universitaria para CIDES (OEA) e ILPES (ONU), pp. 115-144, 1984a.

CATULO, Maria Rosa. “Antropologia y proyectos de grande escala: los estudios sobre represas hidroeléctricas en Brasil”. **Anuário Antropológico** 90, p. 205-229. 1993.

FERGUSON, James. 2006. "The anti-politics machine". In: SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil. (eds.). **The anthropology of the state**. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 270-286, 1994.

RIBEIRO, Gustavo L. "Por que fazer pesquisa sobre um projeto hidrelétrico?". In: _____. **Empresas transnacionais. Um grande projeto por dentro**. São Paulo: Marco Zero/Anpocs. p. 15-36, 1991.

_____ "Proyectos de Gran Escala: hacia un marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporaria". En **Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas** (Leopoldo J. Bartolomé, comp.). Buenos Aires: Ediciones del IDES, 3. p. 49-66. 1985.

_____ "Cuanto mas grande mejor? Proyectos de Gran Escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos". **Desarrollo Económico** 27 (105): 3-28. Buenos Aires: Ediciones del IDES. 1987.

PETRAS, James. "O capitalismo extrativo e o grande salto para trás". **Tensões Mund.**, 10 (18-19): 301-323. 2014a.

_____ VELTMEYER, H. Extractive Imperialism in the Americas, **Studies in Critical Social Sciences**, 2014b.

_____. **Washington's Two Track Policy to Latin America: Marines to Central America and Diplomats to Cuba**. <http://petras.lahaine.org/?p=2035> visto (10/09/2017), 2015

SCOTT, James C. **Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed**. Yale University Press, 1998.

VIANNA Jr. , Aurelio. "Introdução". In: _____. **Prisão em Lajeado Pepino: uma ação social contra a barragem de Machadinho**. Rio de Janeiro: CASAB. 2012.